



Políticas públicas ambientais como instrumento de promoção do desenvolvimento regional sustentável no Brasil

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

ANHANGUERA- UNIDADE DE ANTÔNIO CARLOS

Introdução

A relação entre meio ambiente e desenvolvimento regional tem se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos, especialmente em países com grande diversidade territorial como o Brasil. Diante dos impactos ambientais decorrentes do crescimento econômico desordenado, torna-se indispensável a adoção de políticas públicas que conciliem desenvolvimento e preservação. Nesse contexto, a sustentabilidade passa a ser compreendida não apenas como um ideal, mas como um instrumento estratégico para promover o equilíbrio entre expansão econômica e proteção ambiental. Assim, o desenvolvimento regional sustentável surge como alternativa para reduzir desigualdades e garantir a utilização racional dos recursos naturais.

Objetivo

Analisar o papel das políticas públicas ambientais na promoção do desenvolvimento regional sustentável no Brasil, considerando seus impactos econômicos, sociais e ambientais.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com base em doutrina jurídica, obras de referência e artigos científicos sobre meio ambiente e desenvolvimento regional. Foram analisadas contribuições teóricas relevantes, como as de Ignacy Sachs e José Eli da Veiga, além de autores do Direito Ambiental brasileiro, como Édis Milaré. A abordagem qualitativa permitiu interpretar os dados e compreender a importância das políticas públicas na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Resultados e Discussão

A análise demonstra que a implementação de políticas públicas ambientais eficazes contribui diretamente para o desenvolvimento regional sustentável. Conforme apontam Ignacy Sachs, o crescimento econômico deve estar aliado à inclusão social e à preservação ambiental. No Brasil, iniciativas voltadas à economia verde e à gestão sustentável dos recursos naturais têm potencial para impulsionar o desenvolvimento de regiões historicamente menos favorecidas. Contudo, ainda existem entraves, como a fragilidade na fiscalização e a insuficiência de investimentos. Nesse cenário, destaca-se a necessidade de atuação conjunta entre Estado e sociedade para garantir a efetividade dessas políticas.

VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



Conclusão

Conclui-se que as políticas públicas ambientais desempenham papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional sustentável. Sua efetividade depende da integração entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, sendo essencial para garantir um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

José Eli da Veiga. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.

Édis Milaré. Direito do ambiente.

Paulo Affonso Leme Machado. Direito ambiental brasileiro.